



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Contencioso da União Europeia

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Manuel Tavares Lanceiro

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Os objectivos de aprendizagem da disciplina são a aquisição de conhecimentos aprofundados sobre os principais meios processuais de aplicação do Direito da União Europeia pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, com especial destaque para a sua relação com os tribunais dos Estados-membros. Esse estudo será relacionado com a forma como tais meios processuais concretizam o direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva como direito fundamental da ordem jurídica da UE, nomeadamente no contexto de procedimentos decisórios complexos ou ad hoc. O objectivo da disciplina consiste em preparar os estudantes para estas realidades, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para agirem perante no quadro jurídico complexo e multinível, com fontes de Direito internacional, europeias e nacionais.

Conteúdos programáticos

Programa da disciplina de Contencioso da UE

O Contencioso da UE e a garantia de acesso à justiça

1. O direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva como direito fundamental da ordem jurídica da UE
 - a. Construção do direito pela jurisprudência do TJUE
 - i. Princípio geral de direito da UE
 - ii. Inspiração: Convenção Europeia dos Direitos do Homem e tradições constitucionais comuns dos Estados-Membros
 - b. O direito de acesso à justiça na Carta dos Direitos Fundamentais da UE
 - i. História do preceito
 - ii. Tratado de Lisboa e futuro
2. O direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva e os meios processuais do contencioso da UE
 - a. Mecanismo das questões prejudiciais
 - i. Vertente subjectiva do mecanismo
 - ii. Tem o cidadão direito à colocação da questão?
 - iii. Poderes dos tribunais nacionais
 - iv. Processo no TJUE e intervenção das partes
 - v. Efeitos da decisão da questão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- b. Recurso de anulação de actos e acção por omissão
 - i. Requisitos processuais
 - ii. Actos sujeitos a recurso – em especial actos não previstos no Tratado
 - iii. Legitimidade passiva
 - iv. Legitimidade diferenciada: Recorrentes privilegiados e semi- privilegiados
 - v. Legitimidade diferenciada: Recorrentes ordinários
 - vi. A jurisprudência Plaumann – história e actualidade
 - vii. A evolução da jurisprudência Plaumann – tentativas de alteração
 - viii. A evolução da jurisprudência Plaumann – diferenciação entre diversas áreas do Direito da UE
 - ix. O futuro da jurisprudência Plaumann
- c. Acção de incumprimento
 - i. Dimensão subjectiva?
 - ii. Avaliação crítica
- 3. O direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva e direitos conexos
 - a. Direito a um processo justo e equitativo (tutela cautelar, igualdade de armas, contraditório, celeridade, recurso)
 - b. Dever de fundamentação das decisões e direito de acesso a documentos
 - c. Direitos linguísticos
- 4. O direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva como realidade multinível
 - a. A implementação do Direito da UE pelos Estados-Membros e o princípio da cooperação leal
 - b. “Desdobramento funcional” das administrações e dos tribunais nacionais
 - c. A execução conjunta do Direito da UE – a impugnação de actos resultantes de procedimentos mistos ou complexos
- 5. A evolução futura do direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva como direito fundamental da ordem jurídica da UE

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias programadas visam aquisição de conhecimentos aprofundados sobre os principais meios processuais de aplicação do Direito da União Europeia pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, nomeadamente relativamente à garantia do primado do Direito, em especial direito de acesso à tutela jurisdicional efectiva como direito fundamental da ordem jurídica da UE.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas em regime de seminário seguem um formato dividido em três períodos:

1. Apresentação pelo regente dos aspectos introdutórios do programa
2. Apresentação pelos alunos de comentários a decisões judiciais de uma lista que será comunicada no início das aulas
3. Exposição oral pelos alunos sobre um tema previamente definido (duração: 45 m), seguida de debate e



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

apreciação crítica, que servirá de base ao relatório escrito
A avaliação de cada aluno considera os elementos relativos à participação nas aulas, nomeadamente a apresentação referida no ponto 2 (25%), à exposição oral de tema (25%) e ao relatório escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino adoptada nesta disciplina é concretizada através de aulas teórico-práticas, permitindo aos alunos adquirir e consolidar conhecimentos técnicos e desenvolver competências de investigação e análise crítica. A realização de trabalhos de investigação, o comentário de peças de jurisprudência e a análise de posições doutrinárias são pontos decisivos na aprendizagem.

Bibliografia principal

- João Mota de CAMPOS / António Pinto PEREIRA / J. L. Mota de CAMPOS – O Direito Processual da União Europeia, 2.ª ed., FCG, 2014.
- Maria Luísa DUARTE – Direito do Contencioso da União Europeia, Lisboa, AAFDL, 2017.
- K. LENAERTS / I. MASELIS/K. GUTMAN– EU Procedural Law, Oxford Univ. Press, 2015.
- Rui Tavares LANCEIRO, “O princípio da cooperação leal no âmbito da administração pública. Em especial as vinculações resultantes do Direito da União Europeia para o procedimento administrativo nacional de prática de acto administrativo”, tese de doutoramento, policopiada, inédito, 2016.
- M. José Rangel de MESQUITA – Introdução ao Contencioso da União Europeia, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2017.
- Fausto De QUADROS/Ana Maria GUERRA MARTINS – Contencioso da União Europeia, 2.ª ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 2009
- Mariana de Sousa ALVIM – A tutela judicial provisória dos particulares no âmbito do Direito Comunitário, Principia, 2008.
- A. ARNULL – The European Union and its Court of Justice, 2.ª ed., Oxford, 2006.
- R. BRAY (ed.) – Procedural Law of the European Union, Londres, Sweet & Maxwell, 2006.
- Massimo CONDINANZI, e outro – Il Contenzioso dell’Unione Europea, Giappichelli, 2009.
- Francisco Pereira COUTINHO – Os tribunais nacionais na ordem jurídica da União Europeia. O caso português, Coimbra Editora, 2013.
- Sérgio Saraiva DIREITO – A figura do Advogado-Geral no Contencioso Comunitário, Coimbra Editora, 2007.
- Maria Luísa DUARTE – Direito da União Europeia. Estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária, Coimbra Editora, 2011.
- Ricardo Alonso GARCÍA – Sistema jurídico de la Unión Europea, 2.ª ed., Madrid, Thomson-Civitas, 2010.
- Ana Maria GUERRA MARTINS – Manual de Direito da União Europeia, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2017.
- Francisco Paes MARQUES – A excepção de ilegalidade no Contencioso da União Europeia, Lisboa, AAFDL, 2008.
- M. José Rangel de MESQUITA – A União Europeia após o Tratado de Lisboa, Coimbra, Almedina, 2010
- M. José Rangel de MESQUITA – O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa, in AAVV, O Tratado de Lisboa, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 71-94.
- Nuno PIÇARRA – O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias como juiz legal e o processo do artigo 177.º do Tratado CEE, Lisboa, AAFDL, 1991.
- Inês QUADROS – A função subjectiva da competência prejudicial do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, Lisboa, Almedina, 2006.
- Denys SIMON (dir.) – Contentieux de l’Union européenne, Paris, Ed. Lamy, 2011.
- Alexander H. TÜRK – Judicial review in EU Law, Cheltenham, Elgar Publ., 2009.
- Melchior WATHELET – Contentieux européen, Bruxelles, Larcier, 2010.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.